

Diário do Legislativo de 17/05/2006

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PSDB

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL PROGRESSISTA (PSDB/PDT/PTB/PHS E PSC)

Líder: Deputado Dilzon Melo (PTB)

Vice-Líderes: Maria Olívia (PSDB), Lúcia Pacífico (PSDB), Carlos Pimenta (PDT)

LIDERANÇA DO BLOCO PT/PCdoB:

Líder: Deputado Ricardo Duarte

Vice-Líderes: Deputada Elisa Costa (PT) e Deputado Edson Resende (PT)

LIDERANÇA DO PFL

Líder: Deputado Gustavo Valadares

Vice-Líder: Deputado Gustavo Corrêa

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Adalclever Lopes

Vice-Líder: Deputado Sávio Souza Cruz

LIDERANÇA DO PP:

Líder: Deputado Gil Pereira

Vice-Líder: Deputado Dimas Fabiano

LIDERANÇA DO PPS

Líder: Deputado Neider Moreira

Vice-Líder: Deputado Marlos Fernandes

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Alberto Pinto Coelho (PP)

Vice-Líderes: Deputados Dinis Pinheiro (PSDB), Paulo Piau (PPS) e José Henrique (PMDB)

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Miguel Martini (PHS)

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Jésus Lima (PT)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Fahim BPSB Presidente
Sawan

Deputado Gustavo PFL Vice-Presidente
Valadares

Deputado Dinis BPSB
Pinheiro

Deputado Sargento BPSB
Rodrigues

Deputado Ricardo Duarte PT/PCdo
B

Deputado Antônio Genaro BPSB

Deputado Antônio Júlio PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Irani BPSB
Barbosa

Deputado Paulo BPSB
César

Deputada Maria BPSB
Olívia

Deputado Miguel BPSB
Martini

Deputada Jô Moraes PT/PCdoB

Deputado Márcio PL
Passos

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Leonardo PMDB Presidente
Quintão

Deputado Edson PT/PCdo Vice-Presidente
Rezende B

Deputada Ana BPSP
Maria Resende

Deputado Sebastião BPSP
Helvécio

Deputado Jésus PT/PCdo
Lima B

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado José PMDB
Henrique

Deputado Roberto PT/PCdoB
Carvalho

Deputado Djalma PPS
Diniz

Deputado Sebastião PPS
Costa

Deputada Cecília PT/PCdoB
Ferramenta

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BPSP Presidente
Ribeiro Silva

Deputado PMDB Vice-Presidente
Gilberto Abramo

Deputado PPS
Sebastião Costa

Deputada Elbe BPSP
Brandão

Deputado PT/PCdo
Adelmo Carneiro B
Leão

Deputado PP
George Hilton

Deputado PFL
Gustavo Corrêa

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dilzon Melo BPSP

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Marlos PPS
Fernandes

Deputado Leonídio BPSP
Bouças

Deputada Maria Tereza PT/PCdoB
Lara

Deputado Roberto BPSP
Ramos

Deputado Gustavo PFL
Valadares

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gil PP Presidente
Pereira

Deputada Vanessa Lucas BPSP Vice-Presidente

Deputado Domingos Sávio BPSP

Deputado Biel PT/PCdoB
Rocha B

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dimas PP
Fabiano

Deputada Ana Maria BPSP
Resende

Deputada Lúcia BPSP
Pacífico

Deputado André PT/PCdoB
Quintão

Deputado José PMDB
Henrique

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Chico PMDB Presidente
Rafael

Deputada Lúcia BPSP Vice-Presidente
Pacífico

Deputado João BPSP
Leite

Deputado Jésus PT/PCdo
Lima B

Deputado Dinis BPSP
Pinheiro

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Leonídio BPSP
Bouças

Deputado Carlos BPSP
Pimenta

Deputado Padre João PT/PCdoB

Deputado Célio BPSP
Moreira

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT/PCdo Presidente
Ângelo B

Deputado Roberto Ramos BPSP Vice-Presidente

Deputado Irani BPSP
Barbosa

Deputado Zé BPSP
Maia

Deputado Paulo BPSP
César

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Elisa Costa PT/PCdoB

Deputado Antônio BPSP
Genaro

Deputado Dilzon Melo BPSP

Deputada Elbe BPSP
Brandão

Deputado Gustavo PFL
Valadares

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras- 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Doutor PFL Presidente
Viana

Deputada Ana BPSP Vice-Presidente
Maria Resende

Deputado BPSP
Leonídio Bouças

Deputado PT/PCdo
Weliton Prado B

Deputado Paulo PPS
Piau

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo PFL
Corrêa

Deputado Dalmo BPSP
Ribeiro Silva

Deputado Miguel BPSP
Martini

Deputado Biel Rocha PT/PCdoB

Deputado Gil Pereira PP

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras- 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSP Presidente
Domingos Sávio

Deputado Jayro PFL Vice-Presidente
Lessa

Deputado BPSP
Sebastião Helvécio

Deputado Luiz BPSP
Humberto Carneiro

Deputada Elisa PT/PCdo
Costa B

Deputado José PMDB
Henrique

Deputado Dilzon BPSP
Melo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen BPSP
Santiago

Deputado Márcio PL
Passos

Deputado Bilac Pinto BPSP

Deputado Irani BPSP
Barbosa

Deputado André PT/PCdoB
Quintão

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

Deputado Paulo Piau PPS

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras- 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PT/PCdo Presidente
Laudelino B
Augusto

Deputado Doutor BPSP Vice-Presidente
Ronaldo

Deputado João BPSP
Leite

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

Deputado Paulo PPS
Piau

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos PT/PCdoB
Gomes

Deputado Alencar da BPSP
Silveira Jr.

Deputada Lúcia BPSP
Pacífico

Deputado Leonardo PMDB
Quintão

Deputado Dimas PP
Fabiano

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras - 11 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria PT/PCdo Presidente
Tereza Lara B

Deputado José BPSP Vice-Presidente
Milton

Deputado Miguel BPSP
Martini

Deputado André PT/PCdo
Quintão B

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Laudelino PT/PCdoB
Augusto

Deputado Fahim BPSP
Sawan

Deputado João Leite BPSP

Deputado Jésus Lima PT/PCdoB

Deputado Leonardo PMDB
Quintão

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Padre PT/PCdo Presidente
João B

Deputado Marlos PPS Vice-Presidente
Fernandes

Deputado Gil PP
Pereira

Deputado Luiz BPSP
Humberto
Carneiro

Deputado Doutor PFL
Viana

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Tereza PT/PCdoB
Lara

Deputado Bilac Pinto BPSP

Deputado Paulo Piau PPS

Deputado Doutor BPSP
Ronaldo

Deputado Gustavo PFL
Corrêa

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PPS Presidente
Sebastião Costa

Deputado Djalma PPS Vice-Presidente
Diniz

Deputado PT/PCdo
Ricardo Duarte B

Deputado PP
Pinduca Ferreira

Deputada BPSP
Vanessa Lucas

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Olívia BPSP

Deputado Doutor BPSP
Ronaldo

Deputado Durval PT/PCdoB
Ângelo

Deputado Dimas PP
Fabiano

Deputado Domingos BPSP
Sávio

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PT/PCdo Presidente
Adelmo Carneiro B
Leão

Deputado Carlos BPSP Vice-Presidente
Pimenta

Deputado Fahim BPSP
Sawan

Deputado PMDB
Adalclever Lopes

Deputado Doutor BPSP
Ronaldo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Edson PT/PCdoB
Rezende

Deputado Sebastião BPSP
Helvécio

Deputado Arlen BPSP
Santiago

Deputado Sávio Souza PMDB
Cruz

Deputado Jayro Lessa PFL

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé BPSP Presidente
Maia

Deputado PFL Vice-Presidente
Leonardo Moreira

Deputado BPSP
Sargento Rodrigues

Deputado PT/PCdoB
Weliton Prado B

Deputado PMDB
Antônio Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Ana Maria BPSP
Resende

Deputado Dinis BPSP
Pinheiro

Deputado Márcio BPSP
Passos

Deputado Adelmo PT/PCdoB
Carneiro Leão

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSP Presidente
Alencar da
Silveira Jr.

Deputada Elisa PT/PCdo Vice-Presidente
Costa B

Deputado Irani BPSP
Barbosa

Deputada Jô PT/PCdo
Moraes B

Deputado Gustavo PFL
Valadares

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado José Milton BPSP

Deputado André PT/PCdoB
Quintão

Deputada Ana Maria BPSP
Resende

Deputado Carlos PT/PCdoB
Gomes

Deputado Paulo César BPSP

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Célio BPSP Presidente
Moreira

Deputado Ivair PMDB Vice-Presidente
Nogueira

Deputado Bilac BPSP
Pinto

Deputado Roberto Carvalho PT/PCdo
B

Deputado Dimas PP
Fabiano

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dinis BPSP
Pinheiro

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Deputado Márcio BPSP
Passos

Deputado Ricardo PT/PCdoB
Duarte

Deputado Gil Pereira PP

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Paulo BPSP Presidente
César

Deputado Carlos PT/PCdo Vice-Presidente
Gomes B

Deputada Cecília PT/PCdo
Ferramenta B

Deputada Maria BPSP
Olívia

Deputado BPSP
Leonídio Bouças

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dinis BPSP
Pinheiro

Deputado Biel Rocha PT/PCdoB

Deputado Durval PT/PCdoB
Ângelo

Deputada Vanessa BPSP
Lucas

Deputado Doutor PFL
Viana

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio PMDB Presidente
Júlio

Deputado Dilzon BPSP Vice-Presidente
Melo

Deputado Luiz BPSP
Humberto
Carneiro

Deputado BPSP
Sebastião
Helvécio

Deputado Padre PT/PCdo
João B

Deputado PFL
Gustavo
Valadares

Deputado
Pereira Gil PP

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado
Sawan Fahim BPSP

Deputado
Ribeiro Silva Dalmo BPSP

Deputada
Pimenta Carlos BPSP

Deputado
Ângelo Durval PT/PCdoB

Deputada
Nogueira Ivair PMDB

Deputado
Corrêa Gustavo PFL

Deputado
Hilton George PP

OUIDORIA PARLAMENTAR

OUIDOR: Deputado Biel Rocha

SUMÁRIO

1 - RESOLUÇÕES

2 - ATA

2.1 - Reunião de Comissões

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

8 - ERRATAS

RESOLUÇÕES

Resolução Nº 5.252, de 12 de maio de 2006

Ratifica o Regime Especial de Tributação concedido à empresa Varig Logística S.A.

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprovou, e eu promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º – Fica ratificada a concessão do Regime Especial de Tributação nº 14/2005 à empresa Varig Logística S.A., nos termos do art. 7º da Lei

nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 12 de maio de 2006; 218º da Inconfidência Mineira e 185º da Independência do Brasil.

Deputado Rêmolo Aloise – Presidente em exercício

Deputado Antônio Andrade – 1º-Secretário

Deputado Luiz Fernando Faria – 2º-Secretário

Resolução Nº 5.253, de 12 de maio de 2006

Ratifica o Regime Especial de Tributação concedido à empresa Unifrigo Indústria Comércio Importação e Exportação Ltda.

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprovou, e eu promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º – Fica ratificada a concessão do Regime Especial de Tributação nº 1/2006 concedido à empresa Unifrigo Indústria Comércio Importação e Exportação Ltda., nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 12 de maio de 2006; 218º da Inconfidência Mineira e 185º da Independência do Brasil.

Deputado Rêmolo Aloise – Presidente em exercício

Deputado Antônio Andrade – 1º-Secretário

Deputado Luiz Fernando Faria – 2º-Secretário

Resolução Nº 5.254, de 12 de maio de 2006

Ratifica o Regime Especial de Tributação concedido à empresa Friboi Ltda.

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprovou, e eu promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º – Fica ratificada a concessão do Regime Especial de Tributação nº 2/2006 à empresa Friboi Ltda., nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 12 de maio de 2006; 218º da Inconfidência Mineira e 185º da Independência do Brasil.

Deputado Rêmolo Aloise – Presidente em exercício

Deputado Antônio Andrade – 1º-Secretário

Deputado Luiz Fernando Faria – 2º-Secretário

Resolução Nº 5.255, de 12 de maio de 2006

Ratifica o Regime Especial de Tributação concedido à empresa Nogueira Rivelli Irmãos Ltda.

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprovou, e eu promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º – Fica ratificada a concessão do Regime Especial de Tributação nº 3/2006 concedido à empresa Nogueira Rivelli Irmãos Ltda., nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 12 de maio de 2006; 218º da Inconfidência Mineira e 185º da Independência do Brasil.

Deputado Rêmolo Aloise – Presidente em exercício

Deputado Antônio Andrade – 1º-Secretário

Deputado Luiz Fernando Faria – 2º-Secretário

Resolução Nº 5.256, de 12 de maio de 2006

Ratifica o Regime Especial de Tributação concedido à empresa Mafrial Matadouro e Frigorífico Ltda.

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprovou, e eu promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º – Fica ratificada a concessão do Regime Especial de Tributação nº 4/2006 à empresa Mafrial Matadouro e Frigorífico Ltda., nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 12 de maio de 2006; 218º da Inconfidência Mineira e 185º da Independência do Brasil.

Deputado Rêmoló Aloise – Presidente em exercício

Deputado Antônio Andrade – 1º-Secretário

Deputado Luiz Fernando Faria – 2º-Secretário

ATA

ATA DA 5ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 9/5/2006

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Célio Moreira, Bilac Pinto e Roberto Carvalho, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Bilac Pinto, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no "Diário do Legislativo" na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Eduardo Morato Fonseca, Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Minas Gerais, e Sebastião de Abreu Ferreira, Coordenador Geral da 6ª Unidade de Infra-Estrutura Terrestre - Unit - do Departamento Nacional de Infra-Estrutura Terrestre - DNIT (5/5/2006); e Francisco Gonçalves, Deputado Federal (3/5/2006). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, em turno único, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.861/2005 e 2.996/2006 (Deputado Célio Moreira); 2.985/2006 (Deputado Roberto Carvalho); 3.034/2006 (Deputado Bilac Pinto); 3.046/2006 (Deputado Dimas Fabiano) e 3.053/2006 (Deputado Ivair Nogueira). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 2.852/2005 (relator: Deputado Ivair Nogueira); 2.860/2005 (relator: Deputado Bilac Pinto) e 2.969/2006 (relator: Deputado Roberto Carvalho), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 6.399, 6.438, 6.487, 6.503, 6.504, 6.522 e 6.523/2006. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.844/2005, 2.977 e 3.030/2006. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a implantação de equipamentos de radar nas rodovias estaduais e elucidar os objetivos a serem alcançados; Domingos Sávio, em que solicita seja realizada reunião conjunta desta Comissão e da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, no Município de Passa-Tempo, com o objetivo de unir esforços para o asfaltamento do trecho da MG-270 que liga esse Município ao de Desterro de Entre-Rios. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2006.

Célio Moreira, Presidente.

ORDENS DO DIA

Ordem do Dia DA 35ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, EM 17/5/2006

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.128/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 008/2006, concedido à Empresa Cooperativa dos Granjeiros do Oeste de Minas Ltda.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.130/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 010/2006, concedido à Empresa Dagranga Agroindustrial Ltda.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.131/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 011/2006, concedido à Empresa Frigorífico Mataboi S.A.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.132/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 012/2006, concedido à Empresa Frigorífico Industrial Vale do Piranga.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.625/2004, do Deputado George Hilton, que acrescenta parágrafo único ao art. 5º da Lei nº 11.393, de 6/1/94, com alterações da Lei nº 12.281, de 31/7/96, que cria o Fundo de Incentivo à Industrialização e dá outras providências. A Comissão de Turismo opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.917/2004, da Deputada Ana Maria Resende, que dispõe sobre a obrigatoriedade da realização periódica de assepsia nos tanques de areia utilizados pelos clubes, parques e estabelecimentos de ensino públicos e particulares nas atividades esportivas ou de recreação no Estado de Minas Gerais. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.565/2005, do Deputado João Leite, que dispõe sobre a responsabilidade das empresas pela lavagem dos uniformes, botas e luvas usados por seus empregados no Estado de Minas Gerais. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.235/2006, do Deputado Mauri Torres, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Município de Dom Silvério. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.236/2006, do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre os subsídios dos membros do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.021/2004, do Deputado Elmiro Nascimento, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Município de Santa Rita do Sapucaí. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.342/2005, do Deputado Paulo Piau, que autoriza o Poder Executivo a doar os imóveis que especifica ao Município de Capinópolis. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.738/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Fortuna de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.887/2005, do Deputado Antônio Andrade, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Gonçalo do Abaeté o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.006/2006, do Tribunal de Contas, que reajusta os vencimentos dos servidores do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.106/2006, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Francisco de Paula o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 17/5/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 6.554/2006, do Deputado Antônio Andrade; 6.557/2006, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 6.567/2006, do Deputado Leonardo Moreira; e 6.571/2006, dos Deputados Antônio Andrade, Elmiro Nascimento e Paulo Piau.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 13ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 17/5/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.261/2005, da Deputada Jô Moraes.

Requerimentos nºs 6.537/2006, do Deputado Marlos Fernandes, e 6.584/2006, da Comissão de Direitos Humanos.

Finalidade: debater a grave infestação de caramujos africanos, considerada a segunda maior causa da perda da biodiversidade no Planeta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 11ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 17/5/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.161/2005, do Deputado Biel Rocha; 2.912/2005, do Deputado Paulo Piau; 2.981/2006, da Deputada Elisa Costa; 3.006/2006, do Tribunal de Contas; 3.013/2006, do Deputado Gustavo Corrêa; 2.005/2004, 3.140 e 3.169/2006, do Governador do Estado.

Em turno único: Mensagens nºs 572 e 575/2006, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão Especial Sobre Governança Ambiental, a realizar-se às 14h30min do dia 17/5/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata e leitura da correspondência.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater o tema "O processo de licenciamento e de regularização ambiental e a efetividade de sua aplicação" e os sub-temas "Os desafios da gestão ambiental para pequenas e médias empresas", "Os desafios da gestão ambiental na agricultura familiar" e "Experiências inovadoras em gestão ambiental - casos dos Estados de São Paulo e Ceará".

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 10ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 17/5/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 11ª reunião ordinária da comissão de Redação Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 17/5/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: apreciar pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 10ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 17/5/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 6.561/2006, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 17/5/2006, destinadas, a primeira, I, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; e, II, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, e, 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 1.625/2004, do Deputado George Hilton, que acrescenta parágrafo único ao art. 5º da Lei nº 11.393, de 6/1/94, com alterações da Lei nº 12.281, de 31/7/96, que cria o Fundo de Incentivo à Industrialização e dá outras providências; 1.917/2004, da Deputada Ana Maria Resende, que dispõe sobre a obrigatoriedade da realização periódica de assepsia nos tanques de areia utilizados pelos clubes, parques e estabelecimentos de ensino públicos e particulares nas atividades esportivas ou de recreação no Estado de Minas Gerais; 2.021/2004, do Deputado Elmiro Nascimento, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Município de Santa Rita do Sapucaí; 2.342/2005, do Deputado Paulo Piau, que autoriza o Poder Executivo a doar os imóveis que especifica ao Município de Capinópolis; 2.565/2005, do Deputado João Leite, que dispõe sobre a responsabilidade das empresas pela lavagem dos uniformes, botas e luvas usados por seus empregados no Estado de Minas Gerais; 2.738/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Fortuna de Minas o imóvel que especifica; 2.887/2005, do Deputado Antônio Andrade, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Gonçalo do Abaeté o imóvel que especifica; 3.006/2006, do Tribunal de Contas, que reajusta os vencimentos dos servidores do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais; 3.106/2006, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Francisco de Paula o imóvel que especifica; 3.235/2006, do Deputado Mauri Torres, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Município de Dom Silvério; e 3.236/2006, do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre os subsídios dos membros do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais; e à discussão e votação de pareceres de redação final; e a segunda, I, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; e, II, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, e, 2ª Fase, à apreciação da matéria constante na pauta da primeira, acrescida dos Projetos de Resolução nºs 3.128/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 008/2006, concedido à empresa Cooperativa dos Granjeiros do Oeste de Minas Ltda; 3.130/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 010/2006, concedido à empresa Dagranya Agroindustrial Ltda; 3.131/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 011/2006, concedido à empresa Frigorífico Mataboi S.A; e 3.132/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 012/2006, concedido à empresa Frigorífico Industrial Vale do Piranga; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 16 de maio de 2006.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Gustavo Valadares, Antônio Genaro, Antônio Júlio, Dinis Pinheiro, Ricardo Duarte e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 17/5/2006, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutir e votar o Parecer sobre Emendas apresentadas em 1º Turno ao Projeto de Lei nº 2.916/2006, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2006.

Fahim Sawan, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial do Protocolo de Quioto

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Sávio Souza Cruz, Doutor Ronaldo, Dimas Fabiano e Irani Barbosa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/5/2006, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se debater, em audiência pública, a situação institucional de Minas Gerais em relação ao Protocolo de Quioto e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2006.

Laudelino Augusto, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular

Nos termos regimentais, convoco os Deputados José Milton, André Quintão, Miguel Martini e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 24/5/2006, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater os critérios e procedimentos para a indicação ao cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2006.

Maria Tereza Lara, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.821/2005

Comissão de Cultura

Relatório

De autoria do Deputado Weliton Prado, o Projeto de Lei nº 2.821/2005 visa a declarar de utilidade pública a Academia de Letras de Teófilo Otôni - Alta -, com sede nesse Município.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A referida entidade, em funcionamento desde 2002, presta relevantes serviços ao Município de Teófilo Otôni, pois, entre as suas iniciativas, desenvolve, estimula e divulga manifestações culturais. Dessa maneira, desperta em seus associados o interesse pela literatura e por outras artes, visando ao aprimoramento intelectual deles. Estes, por sua vez, influenciam o resto da comunidade, que passa a interessar-se pela leitura e por outras atividades propiciadoras de agilidade mental e senso crítico.

Isto posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.821/2005, em turno único.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2006.

Biel Rocha, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.991/2006

Comissão de Cultura

Relatório

De autoria da Deputada Maria Tereza Lara, o Projeto de Lei nº 2.991/2006 visa a declarar de utilidade pública o Grupo Folclórico de Boa Esperança, com sede nesse Município.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A referida entidade, fundada em 1986, possui como objetivo essencial difundir as tradições folclóricas do Município de Boa Esperança e da região.

Na consecução de suas metas, organiza festas que preservam a cultura popular, leva o folclore às escolas, promove atividades socioculturais.

Isto posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.991/2006, em turno único.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2006.

Biel Rocha, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.072/2006

Comissão de Cultura

Relatório

De autoria do Deputado Zé Maia, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública a Corporação Musical São José, com sede no Município de São Domingos do Prata.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Corporação Musical São José vem, desde 1957, estimulando jovens para a música no Povoado dos Gomes, em São Domingos do Prata.

O seu propósito de difundir a música, bem como de manter e administrar uma escola para o ensino dessa arte, é um genuíno esforço para implemento de civilidade e cidadania. Executa peças eruditas nas cerimônias cívicas e religiosas, complementadas por apresentação de músicas populares nas tradicionais retretas.

O trabalho de socialização musical e profissionalização de seus jovens músicos faz a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.072/2006, em turno único.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2006.

Vanessa Lucas, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.116/2006

Comissão de Cultura

Relatório

De autoria do Deputado Célio Moreira, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública o Coral Juvenal Alves Vilela, com sede no Município de Caeté.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão, para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A entidade em causa possui caráter cultural e educativo, tendo como objetivo o ensino, a apresentação e a divulgação do canto coral. Promovendo recitais e cursos regulares de música, contribui para o desenvolvimento da cultura e para o entretenimento da comunidade.

Suas atividades, além de valorizarem e motivarem músicos e cantores, possibilitam-lhes serviços assistenciais e amparam suas demandas junto aos órgãos competentes, quando elas lhes fornecem suporte jurídico na defesa dos seus direitos e interesses.

Por sua atuação, a referida entidade merece o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.116/2006, em turno único.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2006.

Vanessa Lucas, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.119/2006

Comissão de Saúde

Relatório

De autoria do Deputado Domingos Sávio, o Projeto de Lei nº 3.119/2006 visa a declarar de utilidade pública a Associação dos Doadores de

Sangue de Bom Despacho - ADSBD -, com sede nesse Município.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A citada Associação, constituída em 2000, possui como finalidade precípua agregar as ações de entidades bom-despachenses que já atuam na área de captação de sangue; promover palestras, campanhas e eventos para a divulgação de seu trabalho; conscientizar a comunidade sobre a relevância da doação de sangue; gerar recursos financeiros que serão destinados à realização da finalidade social da Adsbd.

Isto posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.119/2006, em turno único.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2006.

Fahim Sawan, relator.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 3.006/2006

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do Presidente do Tribunal de Contas do Estado, o projeto de lei em tela reajusta os vencimentos dos servidores do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 4/3/2006, foi a proposição distribuída preliminarmente à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade da matéria. Em seguida, a Comissão de Administração Pública, em sua análise de mérito, opinou pela aprovação do projeto em sua forma original.

Vem agora a matéria a esta Comissão para receber parecer, nos termos regimentais.

Fundamentação

O projeto de lei em exame visa à promoção de reajuste no índice básico utilizado para o cálculo dos vencimentos constante no Anexo V da Lei nº 15.783, de 28/10/2005, que dispõe sobre o Quadro de Cargos dos Serviços Auxiliares da Secretaria do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. De acordo com a mencionada lei, o valor atualmente em vigor é de R\$488,07. O valor proposto no art. 1º do projeto de lei é de R\$628,52 e representa um reajuste de 28,71% sobre o valor vigente.

De acordo com mensagem enviada pelo Presidente do Tribunal de Contas, a proposição tem por escopo garantir aos servidores da Corte de Contas vencimentos condignos da relevante missão de auxiliar na execução das imprescindíveis atribuições constitucionais e legais outorgadas àquela instituição. Ressalta ainda que a baixa atratividade remuneratória é fator determinante para a crescente e contínua evasão de servidores capacitados dos quadros do Tribunal de Contas, o que compromete, de forma insofismável, a qualidade e a celeridade na prestação de seus relevantes serviços aos jurisdicionados e, por consequência, a toda a sociedade.

Do ponto de vista financeiro-orçamentário, ressaltamos que, se aprovado, o projeto de lei em comento acarretará aumento de despesa com pessoal. Nesse aspecto, é importante observar a preservação do equilíbrio fiscal, mantendo-se a estrita obediência aos limites previstos na Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. O seu art. 17 determina que os atos que criarem ou aumentarem despesa de caráter continuado, como é o caso das despesas de pessoal, deverão ser instruídos com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois subsequentes e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

Nesse mister, de acordo com relatório enviado pelo Tribunal de Contas, o impacto financeiro do projeto é de R\$25.000.000,00 no corrente exercício financeiro, implicando uma despesa de pessoal para o ano de 2006 de R\$218.749.922,62. Esse impacto equivale a 0,12% do montante da receita corrente líquida do Estado estimada para 2006 e a 0,35% do total das despesas com pessoal do Estado de Minas Gerais. Para os exercícios de 2007 e 2008, o Tribunal de Contas projeta despesas de pessoal de R\$226.406.169,91 e R\$234.330.385,86, respectivamente. Segundo informações desse órgão, essa projeção de aumento representa tão-somente a taxa de crescimento vegetativo de 3,5% aceito pela Seplag.

Quanto ao limite constitucional de 3% da Receita Corrente Líquida, a que deve obedecer o Poder Legislativo para as despesas com pessoal, a aprovação do projeto fará com que o Tribunal de Contas comprometa 0,847% da receita corrente líquida com tais despesas, excedendo assim o limite de 0,773% estabelecido para esse órgão; no entanto, esse aumento não compromete o limite de 3% estabelecido para todo o Poder Legislativo.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.006/2006.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2006.

Luiz Humberto Carneiro, Presidente e relator - Gustavo Valadares - Fahim Sawan - Jô Moraes.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 3.006/2006

Comissão de Administração Pública

Relatório

De autoria do Tribunal de Contas, por seu Presidente, o Projeto de Lei nº 3.006/2006 "reajusta os vencimentos dos servidores do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais".

Publicada no "Diário do Legislativo" de 4/3/2006, a proposição foi distribuída à Comissão de Constituição e Justiça, a esta Comissão e à de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

A Comissão de Constituição e Justiça, em exame preliminar, concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria.

Compete agora a esta Comissão pronunciar-se sobre o mérito do projeto, consoante dispõe o art. 102, inciso I, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em análise concede reajuste de vencimentos aos servidores do Tribunal de Contas do Estado, em cumprimento do disposto no art. 37, X, da Constituição Federal.

Preliminarmente, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela inexistência de vício de inconstitucionalidade de natureza formal, cabendo a esta Comissão, neste momento, examinar o mérito da proposição.

Verifica-se que a medida pretendida proporcionará a prestação de serviços mais eficientes à sociedade, uma vez que as ações do Tribunal de Contas dependem primordialmente da atuação do servidor, e a atribuição de um salário adequado aos profissionais dessa área acarretará sua valorização, elevando a qualidade dos serviços públicos prestados.

É ponto pacífico a relação indissociável entre remuneração e desempenho profissional, sendo a concessão de justa retribuição pecuniária medida que influencia o desempenho da máquina pública, aperfeiçoando-a, na medida em que gera a valorização do servidor e eleva a qualidade dos serviços por ele prestados.

É relevante observar que um dos maiores estímulos para a maioria dos trabalhadores é o de caráter salarial, pois, percebendo remuneração digna, adequada ao atendimento de suas necessidades, eles dedicam-se com mais afinco ao trabalho, alcançando melhores resultados.

Ademais, a medida proposta contribui para evitar a evasão de servidores experientes e qualificados dos quadros funcionais do Tribunal de Contas, fenômeno que se tem verificado com frequência no referido órgão.

Sendo assim, entendemos ser justa e oportuna a concessão do reajuste proposto.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.006/2006.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2006.

Fahim Sawan, Presidente e relator - Gustavo Valadares - Jô Moraes - Luiz Humberto Carneiro.

Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei Nº 3.236/2006

Comissão de Administração Pública

Relatório

De autoria do Tribunal de Justiça, por seu Presidente, o Projeto de Lei nº 3.236/2006 "dispõe sobre os subsídios dos membros do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais".

Aprovado no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, retorna agora o projeto a esta Comissão, para receber parecer para o 2º turno, nos termos do art. 102, I, c/c o art. 189, do Regimento Interno.

Segue anexa a redação do vencido, que é parte deste parecer.

Fundamentação

O projeto de lei em epígrafe objetiva fixar o subsídio dos membros do Poder Judiciário do Estado, ajustando suas remunerações aos ditames da Constituição Federal.

No Ofício nº 18/2006, por meio do qual o projeto foi encaminhado a esta Casa, o Presidente do Tribunal de Justiça esclarece que "a medida é necessária em razão do disposto no art. 39, § 4º, da Constituição Federal, a determinar que o membro de Poder seja remunerado exclusivamente por subsídio".

O citado preceito constitucional, nos termos da Emenda à Constituição nº 19, chamada "Emenda da Reforma Administrativa", impõe sejam

fixados os estímulos da magistratura em parcela única, denominada subsídio, imprimindo, assim, maior clareza e transparência ao sistema remuneratório dos membros de Poder.

Como se vê, o projeto em exame, ao pretender fixar o subsídio dos membros do Poder Judiciário do Estado, promove uma alteração no sistema remuneratório desses magistrados, adequando-o aos preceitos constitucionais.

Convém, ainda, destacar que o sistema remuneratório de subsídios da magistratura é hoje uma realidade nacional. A magistratura federal, os Tribunais Superiores, bem como a magistratura de vários Estados da Federação já atenderam ao citado comando constitucional e procederam à alteração do padrão de remuneração à política de subsídio.

O fator que impedia a fixação do subsídio para os magistrados estaduais residia na inexistência de lei fixando o subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal – STF –, tendo em vista que, nos termos do art. 37, XI, da Carta Magna, com a redação dada pela Emenda à Constituição nº 41, o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça é limitado a 90,25% do subsídio dos Ministros do STF. Essa questão foi solucionada com a edição da Lei Federal nº 11.143, de 26/7/2005, que fixou o subsídio dos referidos Ministros.

Em vista do exposto, e considerando que, ao fixar o subsídio dos membros do Poder Judiciário estadual, o projeto ajusta o sistema remuneratório dos magistrados aos preceitos da Constituição Federal, ficam evidenciadas a conveniência e a oportunidade da matéria, contudo, visando a aprimorar a proposição no que toca à técnica legislativa, apresentamos o Substitutivo nº 1.

Conclusão

Com base no exposto, opinamos pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.236/2006 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Estabelece o subsídio dos membros do Poder Judiciário do Estado.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O subsídio do Desembargador do Tribunal de Justiça é de R\$22.111,25 (vinte e dois mil cento e onze reais e vinte e cinco centavos), a partir de 1º de janeiro de 2006.

Art. 2º – Entre 1º de janeiro de 2005 e 31 de dezembro de 2005, o subsídio do Desembargador do Tribunal de Justiça é de R\$19.403,75 (dezenove mil quatrocentos e três reais e setenta e cinco centavos).

Art. 3º – Ficam fixados, com base no subsídio do Desembargador do Tribunal de Justiça, os valores dos subsídios dos demais membros do Poder Judiciário, estabelecida a diferença de 5% (cinco por cento) entre o subsídio de cada nível e o do imediatamente inferior.

Art. 4º – A fixação em parcela única dos subsídios de que trata esta lei não impede o pagamento de parcelas de caráter indenizatório.

Art. 5º – A diferença entre os valores dos subsídios estabelecidos nesta lei e os valores percebidos será paga de forma parcelada, conforme regulamento expedido pelo Presidente do Tribunal de Justiça, observada a disponibilidade orçamentária do órgão.

Art. 6º – As despesas resultantes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Poder Judiciário do Estado.

Art. 7º – A implementação do disposto nesta lei observará o disposto no art. 169 da Constituição da República e as normas pertinentes da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 8º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2006.

Fahim Sawan, Presidente e relator - Gustavo Valadares - Maria Olívia - Luiz Humberto Carneiro - Jô Moraes.

PROJETO DE LEI Nº 3.236/2006

(Redação do vencido)

Fixa o subsídio dos membros do Poder Judiciário do Estado.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O subsídio do Desembargador do Tribunal de Justiça é de R\$22.111,25 (vinte e dois mil cento e onze reais e vinte e cinco centavos) a partir de 1º de janeiro de 2006.

Art. 2º – Entre 1º de janeiro de 2005 e 31 de dezembro de 2005, o subsídio do Desembargador do Tribunal de Justiça é de R\$19.403,75 (dezenove mil quatrocentos e três reais e setenta e cinco centavos).

Art. 3º – A partir do valor estabelecido para o subsídio do Desembargador do Tribunal de Justiça, será respeitada a diferença de 5% (cinco por cento) entre o subsídio de cada nível da carreira da Magistratura e o do nível imediatamente inferior.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos 10/5/2006

O Deputado Miguel Martini* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, boa tarde. Ontem iniciei uma discussão e, como os 30 minutos concedidos não foram suficientes, gostaria de aproveitar este horário para seguir discutindo, sabendo também que o tempo não será suficiente, pois o tema é extenso. Mas continuarei a fazer a reflexão para ajudar o povo mineiro a entender ou, pelo menos, procurar entender o que está acontecendo no nosso país. É nosso dever fazer esse debate para dar condições aos cidadãos mineiros e brasileiros de formar um juízo crítico, e a mídia nos ajuda bastante nisso.

A primeira questão diz respeito à Bolívia. Ontem discutimos a incompetência e a falta de habilidade e de seriedade com que o Presidente Lula tratou o problema da Petrobras. Esse problema não envolve uma empresa privada, mas pública, uma empresa dos brasileiros. Essa empresa pertence ao povo brasileiro e deve ser defendida pelo governo brasileiro. Mas o Presidente da República desconsiderou a diplomacia brasileira, os experientes diplomatas atuais e aqueles que adquiriram essa experiência, ao longo de tantos anos, e não quis ouvi-los para saber como tratar dessa questão. Vimos duas coisas patéticas. Primeiro, o Presidente Lula ignorou o corpo diplomático brasileiro e delegou o Sr. Marco Aurélio Garcia - um senhor que não sei onde cursou o que, mas que é um homem de confiança - para tratar dessa questão. Depois o Presidente Lula desqualificou e desautorizou o Presidente da Petrobras. Este, buscando argumentos para uma boa negociação, disse que, dessa forma, não investirá, mas o Presidente Lula disse que investirá, sim, e que o Evo Morales está certo. Já entramos na discussão perdendo. A equipe brasileira está tentando discutir com os bolivianos, mas sabendo que não poderá usar determinados argumentos, porque o Presidente Lula já expressou sua posição contrária a eles.

Em segundo lugar, a matéria noticia que o governo brasileiro está ajudando a negociar a indicação dos militares que estão assumindo os postos da Petrobras na Bolívia. Essa é a ação mais patética a que já se assistiu.

Qual a justificativa para o governo boliviano colocar militares dentro da Petrobras, uma empresa brasileira, se somos amigos e parceiros?

Deputado Irani Barbosa, os militares assumem os postos de comando, e o governo brasileiro opina se esse ou aquele Coronel serve ou não para o posto. Trata-se de uma situação surrealista. Não dá para acreditar que isso esteja acontecendo.

O Presidente Evo Morales gostou da idéia, o Lula deu forças, e o Cel. Chávez também. O que acontecerá? Agora pegará as terras e as propriedades. Pelo menos o Lula deveria ter um mínimo de bom-senso e dizer: "Evo Morales, essas medidas acabam com seu país. O Hugo Chávez tem muito petróleo. Talvez na Venezuela determinadas medidas dêem certo, mas, na Bolívia, não. O país precisa de investimentos, e você está afugentando qualquer possibilidade de investimento."

O Deputado Irani Barbosa (em aparte)* - Deputado Miguel Martini, quero apenas acrescentar um comentário a seu pronunciamento, que está irretocável. Parece-me que o nosso Presidente está acometido da Síndrome de Estocolmo, aquela em que o seqüestrado se apaixona pelo seqüestrador, que o estuprado se apaixona pelo estuprador. Não tenho mais nada a acrescentar. Repito: o seu pronunciamento está irretocável. Obrigado.

O Deputado Miguel Martini* - Obrigado, Deputado Irani Barbosa. É lamentável. Está aqui no jornal "Folha de S. Paulo": "Petrobras quer discutir a nomeação dos bolivianos". A matéria se refere aos militares bolivianos que assumirão a direção da empresa. Imaginem eles assumindo a direção de uma empresa. Não se trata de um botequim. Falamos de R\$2.000.000.000,00 ou R\$3.000.000.000,00, mais de US\$1.000.000.000,00. Essa empresa tem de contar com grande capacidade técnica de gestão, e eles vão assumi-la. E se esse imbróglio demorar seis meses ou um ano e a empresa quebrar? Quem será o responsável por isso?

O Deputado João Leite (em aparte) - Deputado Miguel Martini, acompanho seu pronunciamento e impressionou-me como V. Exa. sistematizou essa abordagem. Primeiramente, houve um conflito internacional, que, depois de instalado, gerou o segundo passo, que é a busca do entendimento. É isso que pedimos a todo momento: entendimento.

Infelizmente o Brasil já entra perdendo nessa busca de entendimento. É isso que V. Exa. está demonstrando, quando o Presidente Lula diz que Evo Morales está certo; quando levanta argumentos como: "A Bolívia e o Brasil são imperialistas". Imaginem, o Brasil está explorando a Bolívia. Essa é a fala de pessoas do governo brasileiro. Como vamos tentar entendimento dessa forma?

Na verdade, vi um dos dados que V. Exa. possui. Ele diz que, desde 1999, já houve mais de 400% de aumento do gás boliviano. Os brasileiros estão pagando esse aumento.

O Deputado Miguel Martini* - Deputado João Leite, só para V. Exa. ter uma idéia, houve esse aumento absurdo do petróleo, o barril está em torno de US\$700,00, às vezes ultrapassando esse valor e, num sobe e desce, já esteve a US\$25,00 e US\$30,00. Ele subiu 250%, e o gás mais de 300%; ou seja, os contratos feitos estão sendo respeitados.

O Deputado João Leite (em aparte) - Nessa abordagem adotada por V. Exa., primeiro tivemos o conflito, agora vamos para o entendimento. Quer dizer, estamos aceitando o Capitão ou o Coronel como Diretor da Petrobras, empresa brasileira na Bolívia.

As pessoas gostam muito de falar de uma poesia de Maiakovski que diz que, se deixarem entrar no jardim e colher uma flor, daqui a pouco, roubam-nos tudo, inclusive a voz. É justamente isso; os fazendeiros e as pessoas que compraram terras na Bolívia estão apavorados neste momento.

Gostaria de encerrar falando que a crítica feita por V. Exa., Deputado Miguel Martini, tem apoio e está sendo feita também por ilustres embaixadores com história neste país. Rubens Ricúpero, José Botafogo Gonçalves e Marcos Azambuja são de formação da Escola Barão do Rio Branco.

O Deputado Miguel Martini* - Todos experientes diplomatas.

O Deputado João Leite (em aparte) - Pois agora todos estão colocados lá fora, e quem negocia é o Sr. Marco Aurélio Garcia; não são mais os

embaixadores brasileiros da Escola Barão do Rio Branco, mas alguém do PT. Nós, brasileiros, estamos perdendo. Parabéns pelo pronunciamento de V. Exa. em defesa do Brasil.

O Deputado Miguel Martini* - Obrigado, Deputado João Leite. Sr. Presidente, acho que o relógio do Plenário está errado, porque não deve haver 5 minutos que comecei a fazer meu pronunciamento, e faltam somente 2 minutos para encerrar meu prazo.

O Sr. Presidente (Deputado Rogério Correia) - V. Exa. possui o prazo de mais 2min40seg. A campanha era para o aparte do Deputado João Leite.

O Deputado Miguel Martini* - São tantas coisas para falar que o tempo não dá. Deixarei a questão da Bolívia para outros também falarem sobre ela, mas quero apenas lamentar que o Brasil se sinta, neste momento, sem uma cabeça, sem uma liderança e sem alguém que possa falar alto em defesa dos interesses nacionais dos brasileiros, dos pobres brasileiros.

Por outro lado, para nossa surpresa, vemos também anunciado... Não foi à toa que a CNBB, em sua manifestação, no início deste ano, disse que o Brasil virou um paraíso financeiro. Enquanto o Presidente Lula reconhece o direito do Presidente Evo Morales de tomar a Petrobras e de indicar militares bolivianos como Diretores da Petrobras, está noticiado: crédito favorece a alta de 26,9% do resultado do primeiro trimestre; lucro do Bradesco chega a R\$1.500.000.000,00. Qual é a empresa, Deputado João Leite, que dá lucro de 27%? O lucro do Itaú sobe 28% no trimestre. Depois não querem que a CNBB diga que o Brasil virou um paraíso financeiro.

Existe um outro fato gravíssimo acontecendo. Todos estamos acompanhando desesperados a queda do dólar. Os exportadores brasileiros já não sabem mais o que fazer. Foi anunciado na mídia, ontem, um recorde de brasileiros saindo do País para fazer turismo internacional. As nossas divisas voarão pelos ares, não teremos mais as nossas receitas. Que coisa absurda!

E percebemos que o governo brasileiro está cruzando os braços - porque é interessante - e usando o câmbio, Deputado João Leite, Deputada Jô Moraes, para controlar a inflação, sabendo que isso arrebentará com todas as nossas empresas exportadoras. E depois? É lamentável isso.

Não entrarei na outra questão que queria. Realmente, 15 minutos é muito pouco tempo. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Deputado Rogério Correia; Deputados, imprensa, visitantes e povo de Minas Gerais, quero abordar, nesta tarde, um assunto interessante e, ao mesmo tempo, preocupante. A Confederação Nacional de Municípios - CNM - elaborou um documento para divulgar o "ranking" dos piores Municípios do País. Ontem o jornal "Estado de Minas" publicou o nome dos dez piores Municípios mineiros, dos que tiveram desempenhos ruins, e explicou que as informações foram dadas pelas Prefeituras. Com base nessas informações, que dizem respeito ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, às gestões social e fiscal, a CNM divulgou essa lista, que causou um mal estar muito grande aos Municípios que foram citados. Por isso, essa lista poderá merecer uma contestação, talvez até jurídica, desses Municípios. De acordo com a lista, o Município mineiro que teve pior desempenho foi Martinho Campos, seguido de Senador Amaral, Itumirim, Pirapora, Espera Feliz, Canaã, Gurinhatã, São Sebastião do Maranhão, Santo Antônio do Itambé e Água Comprida.

Sr. Presidente, houve uma reação imediata da Prefeitura de Pirapora, na pessoa do seu Prefeito, Warmillon Braga, que nos encaminhou um ofício dizendo sobre a resposta que quer dar, à altura, para a CNM. Essa Confederação parece não ter mais nenhuma outra coisa a fazer e traz enorme prejuízo a esses Municípios, de maneira especial, a Pirapora, uma das cidades mais promissoras do Norte de Minas. O Prefeito Warmillon tem hoje apoio, voto e recobrou uma confiança muito grande. Está fazendo uma bela administração, esforçando-se, sobretudo, para captar recursos da iniciativa privada. Trata-se de um Município com um potencial dos mais relevantes, situado às margens do Rio São Francisco. Ao longo do seu mandato, o Prefeito tem procurado incentivar a iniciativa privada a investir na cidade. E vem o Presidente da CNM, Sr. Ziulkoski - sabe Deus de onde -, divulgar essa lista.

Pirapora é hoje, com certeza, uma das cidades que mais se desenvolve, em termos sociais, em todo o território de Minas Gerais. Localizada às margens do Rio São Francisco, tem no turismo sua principal característica de desenvolvimento, especialmente a partir do ano passado, com a posse do Prefeito Warmillon Fonseca Braga. Trata-se de um político que, com menos de um terço de seu mandato, chega à impressionante marca de 98% de aceitação popular, conforme pesquisa de opinião pública realizada, em abril, pela Agência de Pesquisa de Audiência, Opinião & Mercado, com sede em Montes Claros.

Para quem não sabe, Pirapora ficou praticamente parada, sem investimentos em obras públicas, durante longos 14 anos, fruto da ineficiência de administrações anteriores. Hoje, sob as mãos de um Prefeito ousado e experiente, a cidade é uma das mais progressistas do interior de Minas Gerais. Por exemplo, Pirapora receberá, em janeiro, o importante selo da Unicef, em virtude do alto investimento que vem fazendo nas políticas públicas de apoio aos jovens e adolescentes.

A Unicef só concede sua honraria aos Municípios que verdadeiramente investem em projetos de alto valor social, como a educação ambiental, o combate à mortalidade infantil, a implantação de salas de vacinas e o Ensino Fundamental. Um exemplo claro dos investimentos feitos na educação é o fato de que a rede municipal de ensino de Pirapora recebeu, em 2006, mais de 2 mil estudantes que migraram das escolas estaduais e particulares, fato que se deve ao apoio sistemático do Prefeito Warmillon Braga. As escolas municipais de Pirapora têm hoje um dos ensinamentos de melhor qualidade no Estado. Além disso, a Prefeitura oferece aos mais de 8 mil estudantes do Município mochilas escolares, todo o material didático necessário, uniformes e merenda escolar de alta qualidade, tudo absolutamente de graça, sem qualquer ônus para os pais dos alunos.

Há outro dado que merece registro. Pirapora é uma das poucas cidades do interior do Estado que possui, em funcionamento, aterro sanitário, garantindo melhor qualidade de vida à população. Ademais, acaba de assinar, junto ao Ministério da Integração Nacional, por meio da Codevasf, os contratos para início das obras de implantação da rede de esgotos da cidade. Por sinal, o próprio Ministro da Integração Nacional estará em Pirapora, no dia 18 de maio, para o início oficial das obras da rede de esgoto e da construção da Estação de Tratamento de Esgoto - ETE.

Abro um parêntesis para lembrar que a cidade possui mais de 50 mil habitantes e um grande parque industrial. Todavia, todo o esgoto doméstico e industrial era jogado "in natura" no Rio São Francisco, poluindo o Velho Chico, causando transtorno à flora e à fauna do Município.

No dia 1º de junho, o próprio Governador Aécio Neves estará na cidade. Ele já agendou sua visita, que ocorrerá durante as comemorações de aniversário de Pirapora. Além do Fórum de Prefeitos do Médio São Francisco, que deve presidir, o Governador de Minas participará de solenidades de inauguração de diversas obras públicas em Pirapora, como a Praça da Bíblia, a Farmácia Popular, o Centro de Vocações Tecnológica, o novo dique da cidade e 60 casas populares para famílias de baixa renda."

O governo de Minas reconhece o esforço do Prefeito, da Câmara Municipal e, principalmente, do povo de Pirapora, que é conhecida como uma

cidade onde há boa qualidade de vida, mas a Confederação Nacional dos Municípios - CNM - enquadra-a na lista dos 10 piores Municípios do Estado.

"Essa cidade que a CNM irresponsavelmente colocou na mídia como uma das piores de Minas Gerais no que se refere ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, gestão social e fiscal, baseada em dados apenas de 2004, exercício da administração passada.". Hoje a atual administração revela uma nova realidade.

A Confederação Nacional dos Municípios quis destacar a Pirapora de ontem, esquecendo-se da Pirapora de hoje, esquecendo-se do esforço do Prefeito de correr à Fiemg e à Confederação das Indústrias de Minas Gerais, de São Paulo e do Rio de Janeiro e mostrar o grande potencial da cidade de Pirapora.

O Prefeito, com a classe política e o governo de Minas, tem se esforçado para que a Sudene seja reativada e voltem os investimentos em Pirapora. Estão se esquecendo ainda do esforço do Prefeito junto à Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - Codevasf - para transformar Pirapora em um centro gerador de renda e fruticultor dos mais expressivos de Minas Gerais. Ali se produz uva de boa qualidade, em geral frutas que abastecem a mesa do povo brasileiro e que atualmente são exportadas para os Estados Unidos, a Europa e a Ásia.

É importante que essa manifestação de repúdio do Prefeito Warmillon Braga chegue aos órgãos de imprensa. Convoco a mídia e a grande imprensa mineira para que rebatem esse ato irresponsável da Confederação Nacional dos Municípios de denegrir a imagem, não do Prefeito ou de uma cidade, mas de todo o esforço de um povo. Por isso, nesta tarde, estamos fazendo esse contraponto na tribuna.

Quero me solidarizar com o povo de Pirapora e com o Prefeito Warmillon Braga, um dos mais atuantes de Minas Gerais. Quem visita Pirapora percebe claramente que a cidade se transformou, virou outra; está repleta de canteiros de obras e de eventos turísticos. No último final de semana, por exemplo, os piraporenses realizaram o I Festival Internacional Folclórico, com a participação de grupos da Hungria, do Chile, da Itália e do Brasil, com destaque para os grupos de Minas Gerais e da Paraíba. E quem a visitou conferiu também que Pirapora resgatou, em um ano e meio, o título de melhor carnaval de Minas Gerais. Tudo isso, fruto do esforço que o Prefeito e sua equipe vêm desempenhando para recolocar a cidade nos trilhos do desenvolvimento.

No mês que vem, a cidade realiza também duas festas que já se transformaram em referência na região do Norte de Minas: o Encontro Nacional de Motociclistas e o Forrozando, festival de quadrilhas que leva mais de 10 mil turistas à cidade. Pirapora é exemplo de cidade em franco desenvolvimento. E, por isso mesmo, até o final de agosto, a Prefeitura vai inaugurar uma lista enorme de obras públicas.

Para os senhores terem uma idéia, eis algumas das obras em fase de conclusão e que serão entregues nos próximos meses: construção da Praça Presidente Tancredo Neves, com um moderno terminal de ônibus urbanos e ampliação do Hospital de Olhos e aquisição de novos equipamentos. Ainda hoje tivemos um debate extremamente importante com o Ministério da Saúde para que voltemos a referenciar Pirapora como centro de cirurgias oftalmológicas.

Quando terminou o mutirão das cataratas do Ministério da Saúde, que está substituindo esse mutirão por cirurgias eletivas, um programa bem elaborado pelo Ministério da Saúde, hoje tivemos a satisfação de ouvir dos técnicos desse órgão que Pirapora será um centro de referência de toda aquela região, ao lado de Coração de Jesus e de Montes Claros.

Outras obras em execução: implantação da Guarda Mirim, com sede própria; Centro de Internamento de Adolescentes, o antigo Centro de Recuperação do Menor Infrator; construção da creche do Bairro Sagrada Família; implantação da Cozinha Comunitária no Bairro Sagrada Família; pavimentação asfáltica e urbanização da Av. Brasil, uma das maiores da cidade; construção da Praça Prefeito Mano Azevedo; reforma das quadras do Conjunto Esportivo Dobson Machado; reinauguração do vapor Benjamim Guimarães, agora com uma nova caldeira a vapor, adquirida por meio de convênio com o Banco do Nordeste; construção da Praça da Bíblia; Centro de Vocação Tecnológico de Pirapora; Farmácia Popular; reforma do Posto de Saúde do Bairro Santos Dumont; construção do Posto de Saúde do Bairro São Geraldo; inauguração do Centro de Apoio à Inclusão de Pirapora - Caip -; ampliação da Escola Municipal Cândida Alves, no Bairro Cícero Passos; ampliação da Escola Municipal Geni Hátem, no Bairro São Geraldo; ampliação da Escola Municipal Dona Rita Alves, no Bairro Sagrada Família; reformas de 11 postos do Programa de Saúde da Família - PSF -; entrega de três veículos zero km ao PSF de Pirapora; inauguração do Abrigo de Apoio ao Menor Carente, em parceria com a empresa Minasligas; inauguração do novo dique de contenção de enchentes da cidade; inauguração do Centro de Referência da Mulher, que terá abrangência regional; Centro de Convenções de Pirapora, com capacidade para 900 pessoas sentadas; construção do novo Hospital Municipal, com capacidade para 90 leitos, no valor total de R\$5.000.000,00; inauguração de 60 novas casas populares para famílias de baixa renda; duplicação da Av. Jefferson Gitirana, com a implantação de canteiros centrais, calçadas, ciclovias, iluminação pública e urbanização; implantação da rede de esgotos e da estação de tratamento, mais ligações domiciliares em torno de 5 mil imóveis.

Nas próximas semanas, o Prefeito Warnillon Braga realizará solenidades também, para efetivar o lançamento das seguintes obras: sede própria da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social; Complexo Sociocultural do Bairro Cidade Jardim; construção de quadra poliesportiva no Bairro Cidade Jardim; quadra poliesportiva no Bairro Santa Mariana; portais turísticos; posto de saúde no Bairro Aparecida; inauguração do Centro Viva Vida, obra de mais de R\$2.000.000,00; e reformas do Mercado Municipal.

Essa é a Pirapora pujante, progressista, que atrairá a atenção da iniciativa privada e do povo brasileiro pelo seu turismo e pela sua gente; por isso solidarizo-me com o Prefeito e trago meu repúdio pela Confederação Nacional dos Municípios que, irresponsavelmente, emite uma lista dessa natureza. Muito obrigado.

A Deputada Jô Moraes - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, visitantes, apresento uma denúncia acerca de verdadeiros atentados ambientais que estão ocorrendo na cidade de Três Corações. Sete palmeiras imperiais foram cortadas para serem substituídas por um projeto paisagístico, sabe-se Deus com que intenções. Diante disso, a Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, sob a Presidência do Deputado Laudelino Augusto, que é da região, e com o apoio irrestrito do Deputado Paulo Piau, aprovaram uma audiência pública para debater essa questão.

Não poderia deixar de me pronunciar acerca de um tema que, desde ontem, vem pautando as forças que integram a oposição ao Presidente Lula: a posição do governo brasileiro em relação ao soberano direito do povo boliviano de defender e governar seus próprios recursos. Falo isso porque o Presidente Lula, desde que se integrou a essa América Latina rebelada, tem feito mudanças significativas na sua política externa. A América Latina tinha uma herança de 20 anos de uma política neoliberal de ajuste fiscal, de "desindustrialização", de entrega das suas riquezas.

A América Latina se rebela e põe, na Presidência do Brasil, um operário; na da Bolívia, um indígena; na do Chile, uma mulher; na do Uruguai, um defensor dos direitos do povo; e, na da Venezuela, um homem que tem a coragem de enfrentar a potência que hegemoniza o mundo, os Estados Unidos. Desde então, os povos do continente realizam enorme esforço para recuperar seus direitos ao legítimo desenvolvimento soberano e sustentável.

O Presidente Lula tem contribuído com a sua política externa, sobretudo quanto ao reforço da articulação não apenas dos países do Mercosul, mas dos que hoje se agregam ao bloco, como convidados, como é o caso da Venezuela e do Chile. O Brasil tem uma política capaz de enfrentar esse processo de globalização e a hegemonia dos Estados Unidos sob a égide e o tacão do Presidente Bush. Essa política visa à integração regional, uma realidade mundial, seja na Ásia, seja na África, seja na Europa. Todos se articulam para defender os seus interesses no confronto com a hegemonia americana. O Presidente Lula avançou, e a sua política trouxe como consequência fundamental uma menor vulnerabilidade do País frente às dificuldades desse mundo globalizado. Essa menor vulnerabilidade significa o equilíbrio das exportações, das contas públicas e dos déficits que pagávamos na balança comercial. Esse é o resultado objetivo que faz com que o Brasil crie melhores condições para enfrentar a situação.

Nesse contexto, cumprindo compromisso firmado com o povo, o Presidente da Bolívia toma, em suas mãos, o destino de uma riqueza natural. O que nos estranha, evidentemente, é que aquelas forças políticas que antes entregavam o País e que, como disse o nosso Ministro Celso Amorim, eram absolutamente flexíveis diante das potências mundiais que vinham aqui explorar as nossas riquezas, exigem agora dura posição contra um país irmão, cujo povo sofrido pagou, assim como o brasileiro, pela forte exploração das grandes potências mundiais no nosso continente.

Deputado Jésus, diria que está havendo um surto de neonacionalismo por parte daqueles que entregaram o País, que abriram o mercado e o escancaram, que acabaram com qualquer controle de capitais, que abriram o mercado para vir aqui sem qualquer controle em relação aos tributos, que queriam privatizar a Petrobras, como fizeram com as principais estatais que representavam a riqueza do povo brasileiro. São essas forças, Deputado Edson Rezende, que fazem hoje um discurso nacionalista, acusando o Presidente Lula de não saber defender os nossos interesses. Pasmem! E com que preconceito essas mesmas forças se dirigem a um homem íntegro, a um indígena, a um povo pobre, como se eles não tivessem capacidade de organizar um projeto, de retomar um desenvolvimento integrado na América Latina? Portanto, Deputados Jésus e Edson Rezende, não consigo entender o porquê desse surto de nacionalismo disfarçado em oposição partidário-eleitoral. É consenso na América Latina, é consenso na Europa, China, Ásia e África, que o governo brasileiro tem hoje uma política externa avançada de cooperação, sem qualquer prepotência em relação aos países menores e menos desenvolvidos do nosso continente.

Quem começou o processo de desenvolvimento, de investimento e de compra do gás da Bolívia foi o governo anterior. Quem estabeleceu as precárias condições de pagamento num percentual não condigno com as exigências de desenvolvimento do povo boliviano foi o governo anterior, o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Continuo indignada com a posição dos "neonacionalistas", entregadores deste país a um período anterior. Evidentemente, quem investiu foi o governo anterior.

O governo do Presidente Lula está mudando o modelo energético e, com isso, diversificando a matriz energética do País. Dentro dessa parte, foi no governo do Presidente Lula que a Petrobras assegurou um investimento de 16 bilhões para a expansão do desenvolvimento do gás, de exploração e de distribuição.

Vejam V. Exas.! Eles que dizem que o governo brasileiro foi inconseqüente e o Presidente Lula ingênuo nem sequer sabem que desses 16 bilhões apenas 90 milhões foram aplicados na Bolívia, justamente por um processo de cooperação. Às vezes, esquecem-se de que o investimento do Presidente Lula, da Petrobras e do Ministério das Minas e Energia está aqui, na Bacia do São Francisco. Um leilão está sendo realizado para ampliar a produção de gás. O governo do Presidente Lula preocupou-se não somente com a auto-sustentabilidade na produção de petróleo, mas também com investimentos para ampliar a produção de gás.

Eis que, neste momento, vêm dizer que o Presidente foi ingênuo! O Presidente Lula não foi ingênuo, mas sim responsável com a política internacional de cooperação. Não temos a visão de que o Brasil deve desenvolver-se à custa de um povo pobre e sofrido como o boliviano. Por ser majoritariamente composto de indígenas, muitas vezes é menosprezado por essas forças que têm uma visão elitista. É como se aquele e o nosso povo pobre não tivessem capacidade de gerir os seus destinos e de governar o seu país!

Lamento o registro que Fernando Henrique Cardoso, sociólogo e ex-Presidente, disse, no programa do Jô Soares, que os pobres, quando chegam lá em cima, não sabem bem o que fazer. Os pobres? Os pobres sabem porque sofrem, são doutores da vida e estão fazendo dessa nova América Latina uma possibilidade real de recuperação.

Deixo aqui a minha completa indignação e faço um apelo às forças deste país e às forças de Oposição ao Presidente Lula, para se integrem no desenvolvimento sustentável da América Latina, no direito soberano dos povos de governarem a si próprios, que não reproduzam um modelo falido, porque um modelo de impor a vontade de um povo contra outro e de explorar um povo sem condições é um modelo fracassado neste mundo globalizado. Dos operários da França até os imigrantes dos Estados Unidos, e em toda a América Latina, há uma resistência quanto a essa questão; por isso digo que precisamos ficar atentos. Este Brasil que o Presidente Lula conseguiu tornar menos vulnerável à exploração externa iniciará, no próximo governo, a possibilidade de investir em nosso povo, de democratizar o crédito, de valorizar o salário mínimo mais do que está fazendo e de permitir que o setor produtivo se desenvolva.

O Deputado Jésus Lima (em aparte)* - Obrigado, Deputada Jô Moraes. Solidarizo-me com o discurso que V. Exa. faz desse assunto tão importante na pauta das discussões da população brasileira.

Quero ratificar que quem investiu US\$1.000.000.000,00 na Bolívia não foi o governo do Presidente Lula, mas o do Fernando Henrique Cardoso. Isso é importante relatar.

Vi ontem um Deputado de Ibitité fazer um discurso aqui em que se percebia que não havia nada de verdadeiro. Foi o PSDB, partido a que o Deputado a que me referi pertence, que fez o investimento. Ele se esquece de dizer, por exemplo, que, hoje, US\$1.000.000.000,00 o governo Lula está investindo na cidade dele, Ibitité, com o objetivo de criar o pólo petroquímico. Os produtos hoje importados dos Estados Unidos para a Petrobras fazer tinta e acrílico serão produzidos na cidade dele.

Já que os "neonacionalistas", como V. Exa. disse, estão defendendo tanto a Petrobras, vamos, então, rever a privatização da Vale do Rio Doce, uma empresa privatizada por R\$3.000.000.000,00, e que o governo do PSDB doou para um grupo de empresários. Ela vale hoje US\$60.000.000.000,00 e poderia estar nas mãos da sociedade brasileira. Já que estão tão "neonacionalistas", voltemos ao debate e reestatizemos a Vale do Rio Doce, se é que o discurso é verdadeiro. Muito obrigado.

A Deputada Jô Moraes - Concluindo, Sr. Presidente, considero justa uma parceria com a Bolívia e com o povo boliviano, também quando foi feita. Considero que o Presidente Lula, hoje, está em condições absolutas de ajudar nas negociações para que os direitos da Petrobras sejam preservados. Ninguém está abrindo mão dos direitos de uma empresa estatal que tem investimentos do nosso povo.

Quero dizer que este Presidente foi o único que passou a implementar neste país uma política de cooperação, e não uma política imperialista, que passa por cima de outros povos. Só o desenvolvimento e uma integração regionais, só um processo de cooperação econômica, poderão fazer com que essa América Latina sofrida tenha condições de enfrentar, na Organização Mundial do Comércio, nas instâncias internacionais, a

grande potência hegemônica. É essa potência que devemos enfrentar, e não o povo pobre, indígena da Bolívia, que merece o nosso respeito e a nossa solidariedade. Muito obrigada.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Deputado Fábio Avelar, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tratarei de um assunto relacionado com a temática da educação pública, mas gostaria de dizer que, a partir do pronunciamento muito conveniente e adequado da Deputada Jô Moraes, concordo com o que foi dito.

No governo anterior, do Fernando Henrique, travamos uma verdadeira disputa para evitar a privatização do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal. Em quantas manifestações estivemos, Deputada Jô Moraes, com o sindicato dos bancários, para evitar a privatização dos nossos Bancos públicos? Muitos foram privatizados em Minas Gerais na época de governos neoliberais. Brigamos também para evitar a privatização da nossa querida e importante Petrobras.

A postura desses setores hoje nos assusta e revela que é uma posição absolutamente eleitoral porque, se houvesse, de fato, coerência, haveria defesa das empresas estatais desde aquela onda de privatizações do governo FHC, quando exatamente esses setores foram os protagonistas daquelas privatizações, que não puderam ser impedidas. Hoje a posição do governo brasileiro é muito clara e defende também o povo brasileiro. A preocupação do Presidente Lula é evitar que qualquer nível de reajuste repercuta no bolso do trabalhador brasileiro ou dos setores produtivos, mas com uma postura de diálogo, não com uma postura de quase colocar um país mais pobre em posição de subserviência, de joelhos, como muitos países ricos fazem com o Brasil. Não podemos repetir e reproduzir tal nível de relação de política internacional.

Como brasileiro, fico orgulhoso, por exemplo, quando o governo Lula discute e estimula a política de combate à fome nos países africanos. Temos inúmeras missões brasileiras no Haiti, na América Central e em países africanos visando à implementação de políticas públicas de segurança alimentar. Estamos fazendo essa política no Brasil e ajudando tecnicamente os nossos irmãos a fazerem-na no resto do mundo. Essa é a verdadeira postura solidária, correta, que cada ser humano deve ter no seu cotidiano e que cada governo deve imprimir nas suas ações. O conteúdo ético deve estar presente em cada ação de governo. O Brasil não é uma ilha, e não existe ser humano somente aqui. Principalmente nessa situação de troca, temos também uma situação comercial. A prudência e o diálogo são o melhor caminho. A Deputada Jô Moraes expôs isso de maneira muito acertada, e não tenho o que acrescentar.

Entretanto, Sr. Presidente, aproveitando a presença firme e forte da TV no interior de Minas Gerais, gostaria de fazer uma defesa da Assembléia Legislativa. Não vou dizer que se trata de uma defesa do Bloco PT-PCdoB, mas da Assembléia Legislativa. Nesta semana, o Governador do Estado, com os Secretários, anunciaram que os professores terão um aumento médio de 14,5% decorrentes da promoção automática por escolaridade adicional. Aquela pessoa mais desavisada, até mesmo o professor que não acompanha os trabalhos da Assembléia, diante dessa notícia, pensa: "Boa idéia do Governador!" O Governador está valorizando o professor com escolaridade superior ao nível exigido naquele ciclo em que está ministrando suas aulas. Que boa idéia, que belíssima iniciativa! Em primeiro lugar, esse impacto salarial é ínfimo, pois o reajuste vai elevar o salário do professor a pouco mais que um salário mínimo, o que não seria grande coisa. Mas a idéia é boa, sim. Todavia, essa boa idéia - gostaria de dizer isso com todas as letras - foi resultado da ação da Assembléia Legislativa, não um favor do Governador. O Governador está cumprindo uma lei, a tabela salarial, discutida pelos Deputados e Deputadas desta Casa. O Bloco PT-PCdoB teve participação fundamental, com uma posição séria de negociação, de não obstruir a pauta. Em vários momentos, condicionamos a aprovação de outros projetos à remessa do plano de carreira depois de um prazo para que as tabelas salariais fossem aprovadas.

A proposta original do governo encaminhada a esta Assembléia dizia: "Poderá haver progressão ou promoção por escolaridade adicional". Chamo atenção para a palavra "poderá". Houve tantas reuniões, audiências e solicitações de sindicatos, em especial do Sind-UTE, que faz um trabalho muito sério em Minas Gerais, que não poderíamos deixar na lei essa palavra. Precisávamos colocar "haverá promoção automática por escolaridade adicional", uma vez que o papel da lei é fazer com que os governantes cumpram o que está previsto, e não deixar o texto no campo subjetivo das vontades e das conveniências.

Conseguimos. Originalmente havia uma emenda do Deputado Rogério Correia e do Deputado Ricardo Duarte, mas elas não foram aprovadas. Posteriormente, já em um processo duro de negociação, apresentamos uma emenda do Bloco PT-PCdoB, de minha autoria como seu Líder, deixando claro a questão: "haverá promoção automática por escolaridade adicional". Foi feita ainda uma subemenda submetendo essa promoção a uma câmara de coordenação de políticas públicas e recursos humanos de acordo com o decreto.

Esse é o papel da Assembléia. Não estamos aqui reivindicando a paternidade, mas externando o papel que esta Casa cumpre no Estado na apreciação de projetos importantes. E essa emenda foi negociada também com Deputados da base de governo, portanto, cada Deputada e Deputado desta Assembléia é responsável pela promoção automática por escolaridade adicional. Esse não é um presente de Secretário de Governo, mas sim uma conquista dos trabalhadores que encontrou eco no bloco de oposição, que apresentou a emenda, e que contou com a sensibilidade da base de governo, ou seja, juntos aprovamos a emenda.

Vejo aqui o Deputado Carlos Pimenta, representante do Norte de Minas, e o Deputado Sebastião Helvécio, da Zona da Mata, e lembro que a promoção automática é de nossa responsabilidade, pois todos nós, Oposição e base do governo, aprovamos a emenda. Faltou um certo reconhecimento do governo do Estado em relação a esta Casa. Poderia, ao menos, mencionar que estava cumprindo uma legislação oriunda da Assembléia. Não precisava dizer que a emenda era do Bloco PT-PCdoB, mesmo porque os professores e os trabalhadores da educação sabem do esforço que aqui fizemos. Tive a honra de liderar o bloco no ano passado, ano muito duro de negociações, para termos hoje tabelas salariais votadas e em processo de implantação. Foi um processo de construção coletiva.

Da forma que as informações são dadas, parece que houve um ato de bondade do governo. No Brasil, está virando moda: tudo que é ruim é do Legislativo, e tudo que é bom, do Executivo. Quando o Legislativo, com muito trabalho de todos, faz uma boa lei ou consegue aprovar uma boa emenda, divulgam como se fosse uma vitória do Executivo. O que é bom é do Executivo, e as mazelas ficam para o Legislativo. Por isso este Poder está tão desvalorizado.

É uma pena não estar aqui presente o Líder de Governo. A Assembléia Legislativa merece o mínimo de respeito nessas questões. No caso do Fundomaq; diga-se de passagem, o Governador fez menção de nossa participação - quando podemos elogiar, elogiamos. Na solenidade de lançamento do programa, o Governador, de público, reconheceu que a lei foi aprovada em tempo recorde na Assembléia, com a participação da Oposição. Apresentamos uma emenda que dilatou o prazo de financiamento para as Prefeituras pagarem as máquinas de 24 para 36 meses. O Governador reconheceu de público, e isso é importante para valorizar o trabalho de todos na Assembléia: da base e da Oposição.

Quanto à questão dos professores, vou dizer mais uma vez que a promoção automática por escolaridade adicional é uma conquista dos servidores, por meio de emenda apresentada pelo Bloco PT-PCdoB, negociada com os Deputados da base de governo e sancionada pelo Governador, que está cumprindo a obrigação.

Assim deve ser na democracia.

Para concluir, ressalto que nossa companheira Marília está fazendo um belo trabalho em Contagem. Nesse momento, ela enfrenta um legítimo processo de negociação com servidores da área de educação. Sabemos que o Município está, por muitos anos, defasado em relação a valorização dos servidores. Lá, o Sind-UTE é muito ativo e respeitado por todos nós, mas, para esclarecer, informo que a Prefeitura fez um acordo, já no governo do PT, garantindo alguns itens, entre eles: reposição integral da inflação de maio de 2004 a abril de 2005; reconhecimento do estatuto e plano de carreira dos trabalhadores de educação aprovado em 2000; gratificação aos Diretores de Escola de acordo com o número de alunos atendidos; publicação de decreto constituindo comissão de implantação do plano de carreira; discussão do cronograma de implantação do plano de carreira, priorizando a implantação do quadro único, da jornada de 36 horas para o quadro administrativo e da correção gradativa da progressão horizontal para os Auxiliares de Serviço; garantia de compensação do valor referente ao acréscimo da alíquota previdenciária quando da efetiva implantação; compromisso da Prefeitura em defender a manutenção do convênio com o Ipsem e garantia de um representante dos trabalhadores em educação na negociação; concurso até o final de 2005 para os Auxiliares de Serviço I e III; concurso da Funec, até outubro de 2005, para todos os cargos; nomeação dos concursados da rede municipal de acordo com a necessidade de ordem de classificação; edital público de contratação e construção coletiva da Conferência Municipal de Educação.

Agora, a Prefeitura propõe um piso mínimo de R\$765,00. Sabemos que, historicamente, os trabalhadores estão em situação de desconforto e necessitam de recomposição salarial. Porém trago o testemunho da atuação de nossa amiga Marília, de seu compromisso, seriedade e do trabalho de seus auxiliares na condução das negociações.

É importante dizer isso no momento em que, no Estado de Minas Gerais, é anunciada a promoção automática por escolaridade adicional, que elevará o piso para R\$380,00, R\$400,00, enquanto a Prefeitura do PT propõe o mínimo de R\$765,00 e, em Belo Horizonte, chega a ser de R\$1.012,00.

A população mineira deve saber que a promoção automática por escolaridade adicional foi uma conquista legislativa do conjunto dos Deputados desta Assembléia, e o Governador está fazendo sua obrigação democrática de cumprir a lei. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Edson Rezende - Sr. Presidente, Deputadas, Deputados, falarei sobre a BR-040, nossa histórica e famosa BR-03, inspiração de artistas como Toni Tornado, que, na década de 60, ganhou um festival com o estribilho que dizia que a gente corre e a gente morre na BR-3.

Morando à beira da hoje BR-040, na cidade de Barbacena, como médico atendi dezenas de pacientes traumatizados pelos acidentes automobilísticos nessa estrada. Portanto, há muitos anos, acompanho essa questão da BR-040 com preocupação, sempre buscando formas de melhorar as condições no trecho entre Belo Horizonte e Juiz de Fora, mas muito próximo a Conselheiro Lafaiete, Carandaí e Ressaquinha, chegando até Oliveira Fortes, trecho em que ocorrem a maior parte dos acidentes automobilísticos.

Foi com muita satisfação que, recentemente, indo para Juiz de Fora, passamos pela BR-040, duplicada no trecho de Barbacena a Oliveira Fortes, atravessando a Serra da Mantiqueira em obra muito bem executada pela Egesa. Agora, aquele trecho é seguro, onde a vida é preservada. Do trevo de Oliveira Fortes até Juiz de Fora, também está sendo feito um recapeamento parcial, melhoria fundamental para a segurança dos motoristas de caminhão e de carros de passeio.

Além disso, oanel rodoviário permite que a carga pesada saia da BR-040 e vá para Barroso, e une a BR-040 à BR-381. Esse anel tirou os carros pesados de dentro de Barbacena, e foi uma obra fundamental e de qualidade, na qual o governo federal gastou R\$9.000.000,00. Travamos uma luta de muitos anos, e o Presidente Lula deu uma decisão definitiva para essa questão. O Presidente Lula tem dado enorme importância à BR-040, duplicando o trecho entre Barbacena e Oliveira Fortes, construindo o anel rodoviário, tirando o trânsito pesado de dentro de Barbacena e fazendo melhorias na BR-040.

Cito também um movimento da população de Carandaí e de Pedra do Sino pela colocação dos redutores de velocidade no trevo de Carandaí e em Pedra do Sino. Foi um movimento popular forte. Em 2001 e em 2002, estivemos com os moradores da região e conseguimos a colocação dos primeiros redutores eletrônicos de velocidade em uma BR no País. Isso fez com que houvesse diminuição significativa das vítimas naquele trecho, especialmente perto de Carandaí e de Pedra do Sino.

Outra vitória é o trabalho que temos feito para melhorar o trecho entre o trevo de Ouro Preto e Conselheiro Lafaiete. Passo por ali todas as semanas, indo para minha cidade e voltando, e conheço a condição dessas estradas, onde é muito perigoso transitar e onde há intenso transporte de carga pesada. Fizemos uma articulação com a Superintendência Regional do DNIT de Minas Gerais e com o Deputado Federal César Medeiros.

Ontem estivemos no DNIT conversando com o nosso companheiro Hideraldo Luiz Caron, Coordenador-Geral do Departamento de Infra-Estrutura Terrestre. Dele obtivemos o compromisso de restaurar o trecho do trevo de Ouro Preto a Conselheiro Lafaiete, o qual está em péssimo estado de conservação. Trata-se de um compromisso de restauração e melhoramento que tornará o transporte nesse trecho seguro e adequado. Esse processo incluirá a melhoria da sinalização. Será realizado ainda neste semestre e beneficiará muito o trecho.

Outra notícia, que deverá ser divulgada hoje ainda, refere-se às obras do Viaduto Vila Rica, chamado de "Viaduto das Almas". Possivelmente, hoje, no Ministério do Planejamento, será tomada a decisão para o início das obras, cujo valor ficará em torno de R\$24.000.000,00. Provavelmente serão gastos R\$12.000.000,00 neste ano e o restante, no ano que vem. Estamos aguardando resposta do Ministério de Planejamento. Assim, daremos importante salto com essa decisão do Presidente Lula.

O Deputado Jésus Lima (em aparte)* - Quero parabenizar V. Exa. pelo empenho, por conseguir essas melhorias para a sua comunidade, para o Estado de Minas Gerais.

Quero partilhar com todos o fato de que o governo do Presidente Lula tem melhorado as estradas do Estado de Minas Gerais. Isso é notório, visível. Não há mais aquela situação do governo Fernando Henrique Cardoso herdada pelo Presidente Lula.

Atesto as minhas palavras, pois, na minha cidade, Betim, o governo federal do Presidente Lula está recapeando todo o trecho da BR-381, de Contagem a Betim. São R\$100.000.000,00 investidos nesse trecho, e mais, na interligação de três grandes rodovias: BR-381, BR-262 e BR-040, cujo trecho foi citado por V. Exa. No trevo da Krupp, na região do Alterosa, será construído um complexo de viadutos que interligará essas três rodovias. Essas obras estavam paradas há mais de 10 anos, e agora o governo do Presidente Lula as realiza no nosso Estado. Parabéns pelo empenho! Obrigado.

O Deputado Edson Rezende - Para terminar, Sr. Presidente, registro que também será ativado o posto policial, que possui balança, o qual se encontra às margens de Carandaí. Essa reativação ocorrerá em meados de junho. Faz-se necessário dizer que essa balança contribuirá muito para diminuir o transporte de carga pesada, o que tornará menor a destruição dessas estradas e aumentará a sua vida média. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Leite - Obrigado. Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, antes tratar do assunto que me traz a esta tribuna, comentarei alguns aspectos que foram abordados aqui.

Primeiramente, falarei sobre a manifestação que fizemos em defesa do Brasil, durante a qual apresentamos alguns fatos. Falamos da atuação da diplomacia brasileira, que é histórica. Há diplomatas reconhecidos em todo o mundo. Citei alguns nomes, como os dos Embaixadores Rubens Ricúpero, Manoel Gomes Pereira, que é mineiro e percorreu uma grande trajetória, Paulo Tarso Flecha de Lima e tantos outros. Hoje, os Embaixadores, todo o corpo diplomático brasileiro encontra-se à margem das discussões. Somos testemunhas do estrago que essa situação tem causado em nosso país.

Ademais, comentarei o fato de governos passados terem sido tachados aqui de neoliberais. Na história deste país, talvez nunca houve um governo tão neoliberal quanto o que está atuando neste momento.

O Deputado Miguel Martini falou do lucro dos bancos. Aliás, são lucros jamais vistos na história do Brasil. Para se ter uma idéia, assistimos agora à compra de dois bancos. O UBS, que é um banco suíço, acaba de comprar o Pactual, que é brasileiro. O Banco Pactual era o último grande banco de investimento de capital nacional no País. Esse tipo de instituição financeira é responsável pela emissão de títulos de dívida e ações no Brasil e no exterior, além de ajudar as empresas e o governo a captar recursos, entre outras atividades. Então, o Banco Pactual foi vendido ao UBS, mas há quem venha a esta tribuna falar de governo neoliberal. Existem muitos dados, perdemos-nos em um emaranhado de papéis. No entanto, os números de que dispomos, por si sós, demonstram o que estamos falando.

O mesmo acontece com o Banco Itaú, que está comprando o BankBoston. Nunca vi um governo tão neoliberal quanto o atual! Mesmo com lucros recordes, os bancos continuam ocupando o segundo lugar nas listas de reclamação de órgãos de defesa do consumidor, como o Procon.

Segundo um grande analista, os bancos não estão preocupados em melhorar os serviços, mas em aumentar a participação da receita em relação às folhas de pagamento. Ainda de acordo com ele, durante a implantação, a participação era de 40%, enquanto hoje representa 130%. Dessa forma, somente com a receita de serviços, os bancos pagam toda a folha e ainda sobram 30%.

Pelo que se nota, ainda há espaço para aumentarem a receita. Na composição do lucro, as operações de crédito dos bancos respondem por cerca de 45%, isso na média do sistema bancário. Essa participação pode chegar a 90% em instituições que atuam com crédito consignado.

Ora, trata-se daquele crédito para os aposentados, o qual está proporcionando aos Bancos cerca de 90% de lucro. E falam de governo neoliberal. Esse é o governo mais neoliberal da história. Estamos vendo a situação agravar-se cada vez mais no País. Cerca de 85% das transações bancárias são feitas pelo telefone. Não há mais possibilidade de haver geração de emprego. A expectativa é de que, a partir de agora, as pessoas, por celular, possam fazer essas transações. Não há mais limite para o que os Bancos ganharão no País.

Mas quero tratar rapidamente de uma questão que, sem dúvida alguma, deverá preocupar todos nós, brasileiros, especialmente neste ano eleitoral. Já ouvimos neste Plenário as promessas. Lembro-me de que, na penúltima campanha em Belo Horizonte, tínhamos a promessa do metrô subterrâneo da Lagoa da Pampulha até a Savassi. Não vimos, até hoje, o cumprimento dessa promessa.

Quanto ao metrô, não temos nem o ramal para o Barreiro. A população desse bairro não aguarda nenhum centavo para essa obra. Estamos à beira de um verdadeiro colapso no País. Primeiro, veio o problema do gás, e agora está sendo anunciado talvez o maior contingenciamento de orçamento da história do nosso país.

Concedo aparte ao Deputado Domingos Sávio, cujas intervenções sempre trazem brilho às nossas manifestações.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte)* - Deputado João Leite, quero cumprimentá-lo por trazer sempre uma discussão sóbria para esta Casa. Não nos podemos esquivar de fazer um debate sobre as questões nacionais, que têm uma repercussão no dia-a-dia da vida do cidadão.

V. Exa. foi um dos mais brilhantes e dinâmicos Secretários da área social e do esporte. Não falo isso apenas na sua presença, porque já tive a felicidade de dar testemunho disso, andando por Minas Gerais e vendo seu trabalho, como o do Terceiro Tempo, trabalho feito nas escolas mineiras com o apoio da Secretaria de Desenvolvimento Social e do Esporte - Sedese -, que V. Exa. dirigiu. É preciso mesmo ter condições de sanar a miséria no Brasil e vermos o nosso país crescer. Temos de ter coragem de enfrentar esses grandes problemas e mazelas, pois o governo federal, com muita propaganda, palanque e arroubo, traz uma imagem que não corresponde à realidade.

V. Exa. foi muito feliz ao dizer: um governo que, por meio de sua militância, do PT, insiste a toda hora em rotular o PSDB de neoliberal faz o governo mais nefasto da história ao continuar enriquecendo as grandes instituições financeiras. No ano passado, o Banco Itaú teve um lucro de mais de R\$5.000.000.000,00 e de outros bilhões de reais teve o Bradesco.

O próprio Banco do Brasil anda também sendo surrupiado nesses processos de "mensalão". Houve até a compra de convites para festa do PT, com os Srs. Delúbio e Silvinho. O dinheiro desse Banco serviu até para festinha. Os fundos de pensão também se envolveram nesses escândalos horrorosos. E o PT ainda vem com o disparate de querer dizer que os outros é que eram ruins.

Vivemos realmente um momento de calamidade, em que a economia do País não cresce e o desemprego aumenta. No mês passado, cresceu 1,6%, significando mais de 1 milhão de brasileiros desempregados. A renda média do trabalhador brasileiro caiu.

A cada dia, há mais escândalos nesse governo neoliberal do PT. No ano passado, o Presidente Lula baixou um decreto, tornando isentas de Imposto de Renda as aplicações do capital externo. Dólares estão chegando ao Brasil a todo instante. Aliás, estão chegando tantos dólares que o real está ficando supervalorizado. O especulador externo ficou isento de Imposto de Renda.

Em toda a história do Brasil, o povo argentino nunca aplicou tanto na bolsa de valores e na especulação monetária como está aplicando atualmente no Brasil. Nós, brasileiros, desde o mais pobre, pagamos os maiores impostos do mundo. Quando compramos uma caixa de fósforo, pagamos o imposto que está incluído no preço da mercadoria. O estrangeiro, entretanto, não paga Imposto de Renda e ainda compromete a economia brasileira porque faz com que o real supervalorizado dificulte nossa exportação. Não estamos mais conseguindo exportar matéria acabada. O minério de ferro é exportado, mas nossos produtos agrícolas começam a perder competitividade, ocasionando a miséria da agricultura que estamos vivendo. Pior: o produto chinês começa a ser importado porque se torna fácil importá-lo, o que tira o emprego do brasileiro.

Há um equívoco na condução da política brasileira. É incompetência atrás de incompetência, aliada ao mal maior que é a corrupção. Portanto,

isso deve ser denunciado, sim. Precisamos desmascarar esse grande palanque eleitoral, no qual o Presidente Lula e sua turma transformaram o Brasil. É como se tudo estivesse maravilhoso, mas não está.

Parabenizo V. Exa., pois, quando aborda macroproblemas da economia brasileira, sabe que está faltando atenção para o mais pobre, para o mais humilde, que precisa de mais atenção do governo. Todavia, o governo acredita que o problema do País será resolvido apenas com o Bolsa-Família, que é importante e que já existia antes do PT. Obrigado.

O Deputado João Leite - Agradeço ao Deputado Domingos Sávio, que tem experiência como administrador municipal e traz uma grande contribuição para esta Casa. Como Prefeito de Divinópolis, demonstrou uma paixão especial pela saúde, revitalizando um espaço praticamente esquecido nesse Município. O então Ministro da Saúde José Serra inaugurou esse espaço, que foi transformado num local de atendimento para toda a região.

Estou falando de contingenciamento, ao passo que V. Exa. está falando de abrir mão de isenção para o capital estrangeiro em nosso país. Estamos falando de contingenciamento, de orçamento e de execução por programa, desenvolvimento centrado na geração de emprego, trabalho e renda, da dotação autorizada, até este momento, o valor pago foi zero.

V. Exa. está preocupado com geração de trabalho e renda, e eu também. Nas ruas e em nosso gabinete, somos abordados por jovens que querem trabalhar. V. Exa. está falando do capital, que está ganhando neste país, e do nosso povo, que está perdendo. Não há espaço. Estamos vendo a situação do agronegócio, do valor do dólar, e os nossos agricultores estão sofrendo. Estamos num cenário de contingenciamento de recursos. Há várias promessas. Agora há a promessa de campanha do trem-bala. Segundo o Presidente, teremos o trem-bala do Rio de Janeiro para São Paulo.

Agora, ouvimos a promessa de que o Viaduto Vila Rica, antigo "Viaduto das Almas", será feito nesse cenário de contingenciamento de recursos, com o prazo fatal de 30/6/2006 para contratações. Então, temos a promessa do trem-bala.

Assistimos a uma brutal concentração de recursos nas mãos da União. Estamos acompanhando as bondades do governo federal, que concede isenção de diversos impostos. Nas contribuições ele não mexe, mas propõe isenção de IPI aos portadores de deficiência, para que possam comprar seus carros, tendo os governos municipais têm participação nesse imposto. Então, isso é "acenar com o chapéu dos outros", é tirar dinheiro dos Estados e dos Municípios. Agora, o Presidente lança, com toda a pompa, uma lei de incentivo ao esporte. De onde virá o dinheiro? Do Imposto de Renda, ou seja, do dinheiro dos Estados e dos Municípios. Ele faz essa generosidade, mas com o "chapéu" dos Estados e dos Municípios. Por que não faz o mesmo utilizando a CPMF, a Cide e a Cofins? A cada dia, percebemos a concentração brutal de recursos nas mãos do governo federal. Disse ontem neste Plenário e repito: Minas Gerais compõe 10% do PIB nacional e recebe de volta 0,78%. Em determinados momentos neste país, teremos de levantar e lutar pelos nossos Municípios. Não é possível suportar essa carga tributária, a maior da história do Brasil, que chega a atingir 40%. É uma verdadeira "derrama"! Precisamos de uma nova "Inconfidência", não apenas mineira, mas uma "inconfidência" dos Estados e dos Municípios. Não é possível pagarmos a conta do governo federal. Os próprios recursos do Bolsa-Família, composto pelo Fundo Nacional de Assistência Social, são de impostos que pertencem aos Estados e aos Municípios. E vemos a propaganda que está sendo feita com esse programa, mas o dinheiro é retirado dos Municípios e dos Estados. A divisão feita pelo governo federal não atende aos Estados nem ao Municípios. O que Minas Gerais está recebendo, lamentavelmente, não corresponde ao que representa para o País.

Tenho em mão, Sr. Presidente, a execução do orçamento federal, programa por programa. Agora, com esse contingenciamento, será impossível o governo cumprir esses programas. É praticamente uma folha inteira, ou duas. A execução dos programas é zero! Alguns são importantíssimos, como prevenção e combate à violência contra as mulheres e manutenção da malha rodoviária federal. Zero! É isso o que estamos vendo. Quero continuar a tratar desse tema, Sr. Presidente. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 10/5/2006, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Carlos Pimenta

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 27/4/2006, que nomeou Rafael Tadeu Barbosa Rocha para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Ana Carolina Valle de Castro para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2006

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2006

Objeto: aquisição de 2 unidades de cartuchos tonalizadores para impressora Lexmark.

Licitante vencedor: Golden Distribuidora Ltda.

Belo Horizonte, 16 de maio de 2006.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2006

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2006

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 29/5/2006, às 14h30min, pregão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço por lote, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição de lâmpadas para projetores multimídia.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da Assembléia Legislativa, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, no horário das 8h30min às 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente em meio eletrônico. Neste caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 16 de maio de 2006.

Luís Antônio Prazeres Lopes, Diretor-Geral.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Fundação Lar de Eurípedes. Objeto: doação de um microcomputador. Licitação: dispensa.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Associação Comunitária Perpétuo Socorro de Sacramento. Objeto: doação de um microcomputador. Licitação: dispensa.

ERRATAS

ATO DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 11/5/2006, pág. 36, col. 2, onde se lê:

"Maira dos Santos Gato Barçante", leia-se:

"Maira Gatto Santos Barçante".

ATOs DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 12/5/2006, pág. 46, col. 2, sob o título "Gabinete do Deputado Roberto Ramos", onde se lê:

"Simone das Neves Franca", leia-se:

"Simone das Neves França".